

FAKE NEWS E O SUJEITO-LEITOR NA ERA DIGITAL

Thais Dias de Almeida

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Juan Monteiro

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: A presente pesquisa visa discorrer sobre os desafios enfrentadas pelo sujeito na atualidade, no que se refere à prática da leitura na era digital. A questão norteadora é: como a *fake news* ressignifica o compartilhamento/disseminação de notícias frente às brechas entre o ler e o ouvir em plataformas digitais? Para responder a esta inquietação, fundamentamo-nos nos pressupostos da análise de discurso pecheutiana. O *corpus* da pesquisa é formado por recortes de notícias da *web*. Assim, analisamos o título e possíveis impressões dos sujeitos-leitores a partir desses títulos. Num dos recortes é possível perceber que há um indicativo de suposta morte em virtude de uma vacina (H1N1, a qual não é informada, talvez propositalmente). Num outro recorte, é possível verificar que os sujeitos compartilham a notícia levantando outras hipóteses, reforçando uma associação ao acontecimento atual da Covid-19. É assim que as *fake News* ganharam destaque nos últimos anos. São publicadas sem nenhum filtro de conteúdo, em redes sociais, com um título chamativo onde o leitor, em muitos casos, sequer abre a notícia para lê-la. Desta forma a pesquisa demonstra que, se existe um número alto de compartilhamentos de *fake news*, tal feito pode estar associado ao hábito ler, pois um sujeito que lê, geralmente, fica atento a detalhes simples, como a fonte da notícia por exemplo. Nestes casos a matéria não é a causa do compartilhamento, mas sim o título chamativo que em muitos casos não tem a ver com a íntegra da matéria, seu intuito é gerar comoção imediata.

Palavras chave: Análise de discurso. Leitura. Sujeito-leitor.

Introdução

O ano de 2020 teve um percurso paradoxal e intrigante em se tratando dos acontecimentos ocorridos. Se por um lado a população precisava se resguardar em virtude do então vírus da Covid-19, por outro precisava sair para trabalhar para não morrer de fome. O sujeito tinha/tem que escolher entre o econômico e a saúde. Este fato ocorreu em escala global, comprometendo o funcionamento das maiores metrópoles do planeta Terra. No caso do Brasil, a situação se agravou ainda mais em virtude da atuação anticiência e negacionista do então presidente da república Jair Bolsonaro e de seus simpatizantes que em diversos momentos minimizaram os efeitos do vírus.

Na terra do verde/amarelo, inúmeras situações colossais acontecendo simultaneamente. Além da pandemia e hospitais superlotados, ocorre também recorde de desemprego, o Real sendo uma das moedas que mais se desvalorizou no mundo, os milionários aumentando suas

riquezas, o aumento de pessoas em situação de miséria e várias mortes acontecendo pelo país em virtude de um vírus e em virtude da má administração por parte de alguns dos líderes governamentais.

Um ponto em meio a tudo mencionado anteriormente se destacou neste período enfadonho: a disseminação de notícias falsas ou “*Fake News*”. Ao passo que as tecnologias têm sido, cada dia mais, desenvolvidas, nos vemos numa relação também paradoxal com o acesso e o acúmulo de informações. As mídias, de modo geral, e mais especificamente as redes sociais, não têm controle sobre o que é verídico ou não, questão que é elevada em virtude da velocidade como é propagada. Os canais que veiculam informações sérias se vêm desassistidos. Isso tornou-se um problema, visto que afeta diretamente a produção de informações sérias, comprometidas com a ciência e com o conhecimento.

Sendo assim, este artigo visa construir uma reflexão sobre a construção do sujeito-leitor entre meio ao avanço tecnológico e conseqüentemente o descontrole do que está sendo divulgado nas mídias digitais. Para tanto, a reflexão inicia-se em: como as publicações comprometidas com o saber tem se consolidado frente às brechas entre o ler e o ouvir com o alto índice de produção de informações em plataformas digitais? Para responder esta questão consideraremos a análise de discurso francesa juntamente com a característica heurística de investigação do historiador Ginzburg (1989).

A seguir, será apresentada a reflexão sobre este ponto de investigação, observância de pistas e detalhes.

Dispositivo teórico-analítico

Pensar em como o sujeito-leitor é construído mediante as condições sociais atuais nos remete a um processo de ressignificações que atravessam/superam marcas históricas, tal como o convívio social físico passou a também assumir um caráter virtual. Por isso, pensando na propagação de *fake news* nos meios virtuais que destacamos a construção do sujeito-leitor, mediante as limitações propiciadas pelo meio digital em construir uma concepção crítica acerca da notícia falsa. Neste sentido “É o dispositivo teórico-analítico que guia o analista de discurso (pesquisador) em meio a suas indagações sobre a natureza e a construção do sentido tendo em vista a estrutura e o acontecimento da língua” (PEREIRA, SANTOS, 2019, p. 6567).

O termo *fake news* começou a ser recorrente em 2016, ano em que Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos. Na ocasião, algumas informações duvidosas sobre a então adversária de Trump, Hillary Clinton, foram divulgadas em larga escala por sites norte-

americanos. Após a eleição, foi descoberto que várias das informações propagadas por esses sites, sobre Clinton, eram falsas. No Brasil, com a crescente publicidade de Jair Bolsonaro, o termo ganhou força em 2018, ano eleitoral. Em virtude da magnitude e dos danos que as então *fake News* têm causado, foi instaurada uma CPI, que investiga sites que propagam informações duvidosas a fim de identificar os autores e preservar a idoneidade das pessoas afetadas, conhecida como CPI das *Fakenews*¹.

A tradução literal do termo *fake News* seria, nova falsa ou notícia falsa. Segundo o dicionário online² (2021) informação significa “ato ou efeito de informar” notícia, conhecimento, ciência e etc. No entanto, este ato de informar, quando interpretado do ponto de vista polissêmico, traz consigo uma construção histórico-ideológica a qual a formação discursiva (FD) em que o sujeito-leitor se encontra inscrito pode ser o fator determinante para sua compreensão. Pêcheux (2014) salienta que não é possível não estar inscrito em uma FD, ou estás em uma ou em outra, o que pode acontecer é a tomada de consciência que permite ao sujeito avaliar se essa ou aquela FD é adequada frente suas convicções. Já o termo notícia seria “relato ou informação sobre um acontecimento, um fato real ou novas mudanças; informação”³

Deste modo, a palavra notícia em consonância com o termo “informar” não tem um compromisso específico com o ato de dizer coisas sérias no que se refere à veracidade de um conteúdo. Trazendo um dizer comum: “nem tudo que reluz é ouro”, podemos inferir que até mesmo o óbvio deixa nas entrelinhas coisas que escapam do seu controle. Por conta disso, a notícia pode assumir uma outra possibilidade do dizer, algo que a língua não dá conta pois, primeiro: as possibilidades interpretativas não são unívocas, não se esgotam; segundo: além das possibilidades, o objetivo do autor pode ser outro: a desinformação, criando então um paradoxo: informar para desinformar.

Como Orlandi (2003) e Pêcheux (2014) nos explicam, na linguagem sempre existem outras possibilidades do dizer, pois os sujeitos são construídos em meio a formações discursivas, campos ideológicos, que mesmo sendo compartilhados, podem (e geralmente têm) produzir pontos de vista diferente. A “notícia” nos permite pensar em questões que emergem em suas entrelinhas e por isso o analista deve considerar quem diz, para quem diz, como a materialidade discursiva é construída, porque o uso de um dizer e não outro e assim por diante, para que deste modo possamos entender o objetivo da então informação, o que está nos detalhes.

¹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292>>. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

² Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/informacao/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

³ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/noticia/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021

Para ilustrarmos o quanto danoso a propagação de uma informação equivocada pode ser abordaremos como exemplo o historiador italiano Carlo Ginzburg (2010), onde em uma de suas obras intitulada “Andarilhos do bem” fala sobre perseguição de pessoas acusadas de bruxarias, por parte de aldeões (que se colocavam numa determinada posição-sujeito) e da igreja. A atuação da igreja católica, na época, era de combate a tudo que fosse considerado herege ou demoníaco. Os aldeões, alinhados no mesmo campo discursivo-ideológico que a igreja e por acreditar que estariam “ajudando” no combate aos supostos atos de bruxaria contribuíram com a vigilância e perseguição ao profano.

Nesta obra, o autor evidencia como uma informação, produzida a partir de interesses religiosos (ideológicos) de uma posição-sujeito pode criar desinformação e gerar um mal-estar danoso (que foi o caso da caça e queima de pessoas acusadas e condenadas, em grande parte injustamente, de bruxaria). Ainda na obra, podemos ver quem produziu a informação, de que posição, o lugar que esse sujeito ocupa na sociedade, qual objetivo, para quem produziu, quem reproduziu e sob quais justificativas. Assim, não se trata somente de um dizer solto no tempo, mas de uma influência que um sujeito pode exercer em função da posição que ocupa.

No período, a suposta informação que circulava sobre rituais de bruxaria, tinha o objetivo (justificativa propagada) de “proteger” a população das ações do demônio (da heresia), no entanto, através da história e do trabalho primordial de grandes historiadores a exemplo do próprio Ginzburg, é possível pensar numa outra possibilidade por trás da motivação que culminou na perseguição das pessoas consideradas “hereges”, que seria exercer controle ideológico religioso sobre a população europeia (em se tratando do livro, na Itália), sendo este controle de cunho cristão que, a exemplo, protagonizava a conhecida Santa Inquisição na Europa, que por sua vez durou seis séculos.

Considerando o fator apocalíptico nos discursos de líderes religiosos para fomentar seus domínios e ampliar a camada de fieis, através do medo, o veículo que faz circular informações “se torna um lugar de “controle” onde se exerce uma “função de falsificação”” (CERTEAU *apud* GALVÃO, MELO, p. 225, 2019, grifos das autoras), quando pensamos nas pessoas acusadas arbitrariamente de heresia ou bruxaria.

Para além disso, nos séculos XVI e XVII pouquíssimas pessoas sabiam ler e escrever, o que tornou o domínio sobre os meios de produção de conhecimento restrito a um grupo seletivo. Isso nos sugere um controle muito maior do que estava sendo veiculado como informação no período. Os aldeões eram reféns do que os missionários ou encarregados do rei diziam e não lhes restavam outras alternativas a não ser seguir as recomendações de quem “tinha o domínio

do conhecimento”, de quem tinha a “informação”. Mesmo que muita coisa tenha mudado no século XXI, ainda há muito em que melhorar neste sentido, como veremos a seguir.

Leitura e informação na era digital

Entendendo um pouco sobre como circulavam e como eram produzidas as informações nos séculos anteriores, existem alguns pontos a serem destacados no que se refere a leitura e a divulgação de informação na atualidade (século XXI).

Partindo de que a leitura de um texto escrito (no caso de um texto jornalístico) só é possível se o sujeito-leitor for alfabetizado, pois o mesmo precisa identificar e decodificar a escrita, dialogando com Tfouni (1986/1994), qualquer sujeito alfabetizado é capaz de fazer uma leitura com o objetivo de decodificação, no entanto, em se tratando de uma análise mais aprofundada, numa materialidade discursiva, para que o sujeito-leitor identifique fatores além do que está “visível” num texto, faz-se necessário que esse sujeito seja capaz de interpretar.

No entanto, mesmo não sendo alfabetizado, o sujeito que tem acesso a situações cotidianas é capaz de fazer uma reflexão a respeito de uma determinada questão. Sobre isso, referimo-nos ao sujeito letrado. Segundo Tfouni (1996, p. 6), letrar um sujeito “[...]significa introduzi-lo nessas práticas (discursivas e sociais) que lhe possibilitem movimentar-se entre formações discursivas que podem ser concretizadas em portadores de texto cujo uso e função têm alguma relação com as necessidades cotidianas de comunicação”.

Sendo assim, mesmo que o sujeito não consiga decodificar o código escrito, o texto em sua materialidade, ele pode usar de outras ferramentas para entender as situações do dia a dia. Um exemplo que possibilita ilustrar tal situação é o sujeito que nunca teve acesso a escola, ou nunca foi alfabetizado, mas consegue resolver questões cotidianas como comprar comida, trocar dinheiro, etc.

Exposta a ideia de sujeito letrado e já retomando a reflexão sobre o texto, Galvão e Melo (2019) destacam que um texto pode não ser o mesmo quando publicado a partir de dispositivos diferentes. Do ponto de vista da Análise de Discurso (doravante AD) o mesmo texto dito a partir de formações discursivas diferentes pode assumir outros sentidos. Para além disso, Orlandi (2003) e Pêcheux (2014) destacam que um texto vai além do que está escrito, do óbvio, e por isso devemos nos atentar às entrelinhas, ao que se encontra à margem do dito. Pacífico (2012) e Tfouni (1994) também salientam sobre a assunção do sujeito-leitor em autor (coautor), que interpreta questões à deriva as quais o autor original não dá conta, nem tem controle sobre.

A mudança na posição-sujeito gera outras possibilidades interpretativas visto que um texto sempre será lido pela ótica do leitor e os espaços deixados à deriva pelo autor, que não tem domínio sobre o sentido que será atribuído mediante interpretações, serão “preenchidos” por este leitor que, no percurso, sai da posição-leitor e assume a posição-autor, que “participa da sua construção, estabelecendo-se aí uma relação de cooperação” (GALVÃO, MELO, 2019, p. 229).

Um outro fato que não podemos nos esquecer é que, como Morales da Silva e Pacífico (2013) destacaram, a sociedade na atualidade, num imaginário coletivo, tem acesso à informação, obras científicas, etc., no entanto:

Não podemos dizer que o acesso às leituras é possível para muitos, visto que mesmo com o aparente cenário de democratização às práticas de leitura e escrita, com o advento da tecnologia (CARVALHO, 2011) – que tem ampliado e facilitado o acesso das pessoas aos meios eletrônicos de comunicação e grande relevância na ampliação da prática de leitura e escrita, como podemos observar pelo acesso a *pdfs* e *e-books*, alguns gratuitos e outros a baixo custo – não podemos nos esquecer de que as práticas de leitura e escrita continuam fortemente ligadas ao poder, pois embora o acesso seja aparentemente livre e fácil, só o faz quem está inserido no mundo virtual, ou tem acesso a aparelhos e a aplicativos que comportem tais recursos (MORALES DA SILVA, PACÍFICO, 2013, p. 141-142).

Sabendo que existem tais obstáculos, mesmo com as facilidades também possíveis com a utilização das plataformas digitais, conseguimos notar a relação paradoxal que a informação ocupa também nesse meio cibernético. Ao mesmo tempo que é fácil ter acesso às informações, é difícil quando não se tem recursos mínimos para isso e ao mesmo tempo que informa, pode desinformar quando o agente difusor não tem compromisso com o conhecimento nem com métodos aplicados. Mesmo em outros séculos, onde o conhecimento era restrito e a informação era promovida por um grupo restrito de pessoas, a relação de poder sobre quem tinha informação era grande. O fato de que algumas pessoas não conseguem distinguir o que é falso do que é verdadeiro demonstra que o conhecimento não é universal e que ainda é objeto de poder e controle.

Como o próprio Ginzburg (1989) menciona na obra: “Mitos, emblemas e sinais”, para que Morelli fosse capaz de identificar obras de arte falsificadas e reconhecer quais eram as peças originais ele precisou de acesso à arquivos – arquivo na concepção de Michel Pêcheux – (cf. PÊCHEUX, 2014)⁴. Para isso foi necessário adotar uma metodologia, considerar mínimos

⁴PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: **Gestos de leitura**. (Org.) ORLANDI, E. P. Editora UNICAMP. 2014, p. 57 – 67.

detalhes no processo de investigação e além disso um conhecimento delicado sobre as obras em questão, o que foi um fator determinante no processo de identificação das obras originais.

Deste modo, para que a sociedade possa identificar quais informações são falsas e quais são verdadeiras no meio digital, é necessário que se considere algumas questões como a fonte propagadora, se existe algum estudo sério que fundamente tal informação, se a fonte demonstra preocupação em informar se comprometendo com a divulgação de conhecimento fazendo uma investigação prévia sobre para que assim tenha conhecimento do assunto em questão. Cabe destacar que, no âmbito virtual, a difusão de informações/conhecimento não é promovida restritivamente por instituições. Neste “mundo” virtual qualquer pessoa pode tecer reflexões sobre o que quiser e como quiser, podendo fazer isso, inclusive, através de perfis de acesso com informações falsas.

Neste caso, o que está em jogo não é a informação, mas quem disse o que para quem. Por isso investigar o ocorrido, verificar a fonte, a data e a vertente político-ideológica de quem publica e lê pode revelar particularidades sobre o porquê publicou-se A e não B. Todos estes elementos podem levar o analista a identificar quais são as formações discursivas proeminentes nos discursos dos autores e leitores de determinada matéria e ajudar a identificar quais interesses estão em jogo.

Agora adentraremos na análise do *corpus*, onde foi feita o entrelaçamento dos dados referentes à produção do conhecimento, o hábito da leitura e o desenvolvimento da interpretação, que resulta conseqüentemente na capacidade do sujeito de perceber quais informações tem o compromisso com o conhecimento ou não. Na seção a seguir discorreremos sobre o apresentado até aqui.

Formação e análise do *corpus*

Para uma melhor análise do objeto vi por bem utilizar recortes de sites de informação, onde alguns são de cunho jornalístico, que noticiam acontecimentos do ano de 2020. Um ponto a se destacar e a observar é: por que uma informação é descrita de um jeito e não de outro em sites distintos? Isto é pertinente pois para a análise discursiva pecheutiana sempre existe um não dito, algo que está a margem. Dito isso, a abordagem heurística de cunho indiciária se faz adequada quanto ao modo de investigação nesta pesquisa visto que busca perceber os detalhes, as pistas e etc. (GINZBURG, 1989).

A seguir, adentraremos na análise do *corpus* onde discorreremos de forma detalhada a ação das fake News em relação à construção do sujeito-leitor na era digital onde, em virtude do

quadro pandêmico vivido, ampliou-se drasticamente no último ano (2020 e até presente momento de 2021).

É um desafio para quem produz conhecimento ter que tecer explicações diárias desmentindo desinformações. Para melhor desenvolvimento da análise iniciaremos a análise apresentando um quadro com os títulos de matérias da *web*. Nos recortes a seguir veremos algumas notícias disponíveis num dos maiores sites de informação do país e alguns outros veículos de informações digitais onde noticia dados sérios sobre a Covid-19. Levaremos em consideração o título da matéria e as narrativas de internautas posteriormente.

Título 01 – T1	Brasil registra 1,046 mortes por Covid em 24 horas; total vai a 238 mil ⁵
Título 02 – T2	É #FAKE que vídeo mostre reportagem sobre idosa mostra após vacina contra a Covid-19 ⁶
Título 03 – T3	Outra mulher morre depois de tomar vacina ⁷

Quadro 01 – Títulos de notícias veiculadas na *web*

No T1 podemos ver que a matéria fala sobre dados que indicam um crescimento na mortalidade brasileira em virtude da covid-19 nos dias que tange a matéria. As informações fornecidas na matéria são extraídas dos bancos de dados das cidades em parceria com suas secretarias de saúde. Ou seja, são dados fundamentados, que leva em consideração o ato de informar, promover conhecimento. Já no T2, veremos que o mesmo veículo de informações jornalística busca combater a disseminação de notícias falsas, as chamadas *Fake News*, quando se coloca para esclarecer a divulgação de um vídeo na internet com o seguinte título: “Outra mulher morreu depois de tomar vacina” no T3.

Como as informações chegam como uma avalanche, os internautas desenvolveram o hábito de compartilhar após lerem o título da matéria, sem se atentar a alguns detalhes, como por exemplo a data de publicação, se aquela chamada corresponde a algo que esteja sendo discutido na atualidade, se o conteúdo da notícia e a fonte são divulgadas por veículos de informações sérios. Com isso também podemos ver que, possivelmente, os sujeitos que

⁵ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/02/13/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-13-de-fevereiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

⁶ <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/02/05/e-fake-que-video-mostre-reportagem-sobre-idosa-morta-apos-vacina-contr-a-covid-19.ghtml>

⁷ https://www.youtube.com/results?search_query=outra+mulher+morreu+depois+de+tomar+vacina

compartilham ideias como esta tem uma inclinação ideológica em determinadas formações discursivas. Em alguns casos se identificam como cristã, conservadora, tradicionalista. Que não precisam de vacina, que tudo está nas mãos “Deus” e etc.

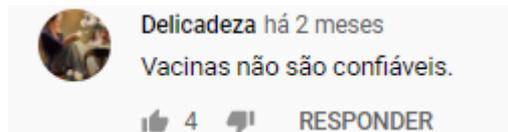


Figura 01 – print Screen do YouTube⁸

No que se refere a matéria que trata do T3, diz respeito na verdade a uma situação ocorrida no ano de 2018, referente à gripe H1N1. No entanto, desde que começou-se o debate sobre a vacinação da Covid-19, este vídeo começou a ser compartilhado como se a então paciente tivesse falecido em virtude da vacina contra a Covid-19. O compartilhamento em massa de uma notícia de 2018 como ocorrida em 2020 demonstra que os sujeitos “leitores” na verdade não tem o cuidado de abrir as matérias para conferir do que se trata o conteúdo publicado. O sujeito-leitor assume a posição de reproduzidor.

De uma outra ótica, diariamente, o pesquisador se vê desvalorizado e no dever de dedicar um tempo específico para explicar como funcionam algumas medidas abordadas na ciência (no caso das matérias acima (T2), pesquisadores vão à redes sociais, jornais, rede de televisão, explicar que algumas informações não condizem com o que está sendo pesquisado relacionado à covid-19) e refutar as *Fake News*.

Um outro exemplo sobre disseminação de “notícia” é apresentado no recorte a seguir:

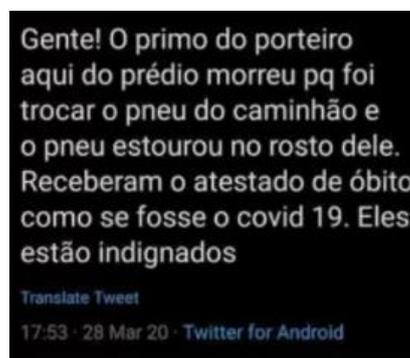


Figura 02 – print screen do UOL sobre fake News no tweeter⁹

⁸ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Z1gJrQIOui0> >. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

⁹ Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/29/fake-news-e-usada-para-descreditar-numeros-de-coronavirus-no-brasil.htm> >. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

Neste último recorte, o leitor não consegue identificar quem é o “primo”, quem é o “porteiro”, nem o “prédio”. Estas informações são deixadas de lado. O que interessa para o sujeito que está compartilhando a “notícia” é o suposto atestado de óbito com indicativo de covid-19 que sustenta uma hipótese de que está havendo uma fraude em relação aos índices de óbitos em virtude do vírus Covid-19. O que esta notícia afirma alinha-se com um outro dizer difundido fortemente na atualidade que é: “As pessoas só morrem de covid”.

Para nós, cabe a reflexão e o cuidado diariamente para não cair nesse tipo de armadilha que coloca em xeque a credibilidade dos meios de comunicação sérios, os pesquisadores e as instituições que tem o compromisso de informar com seriedade.

Conclusões

Diante do exposto até aqui é possível verificar que de fato existe uma relação ambígua e ao mesmo tempo paradoxal no que se refere à informação/notícia. Os sujeitos que tem um baixo grau de letramento, estão à mercê da interpretação de outros e isso é um risco enorme para a autonomia, o desenvolvimento e a emancipação de uma sociedade. Vimos também que mesmo com a avalanche de distribuição de informações, as plataformas digitais não dão conta de garantir que essa informação ou aquela estão comprometidas com seus leitores, o que pode se transformar num problema em se tratando da disseminação de *Fake News*.

Mesmo com tantas facilidades promovidas pela possibilidade de arquivos ficarem disponíveis para acesso vinte e quatro horas por dia, não podemos nos negar a reconhecer que, no Brasil, boa parte da população não tem alguns requisitos básicos para ter acesso a informações sérias ou meios de comunicação digital comprometidos, pois é necessário acesso à internet, um aparelho smartphone e o mais simples para alguns que para outros é muito difícil que é saber ler.

Os sujeitos que compartilham notícias falsas são pessoas, em alguns casos, semianalfabetos. As opiniões desses sujeitos são designadas pela FD na qual estão inseridos. Esse compartilhamento descuidado também pode estar ligado à falta do hábito de ler, que faz com que o sujeito não se atente a alguns detalhes contidos em algumas das próprias matérias. Geralmente os títulos das matérias tem relação direta com a perspectiva que a FD defende (no caso de algumas *fake News*, enumeradas no quadro apresentado na análise, denomino como FD antivacina ou FD anticidência). As ações de compartilhamento de notícias podem dizer se uma sociedade se cuida diante de uma calamidade ou não, e no caso do Brasil, ainda existe o

agravante do governo federal que desde o início da pandemia de 2020 se mostrou negacionista diante de estudos, de especialistas e pesquisadores.

Essa alta das *fake News* se dá também ao fato de que, em virtude da grande quantidade de notícias, o sujeito pode se vê condicionado a limitar-se à leitura do título, pois não dá tempo de ler tudo, nem de construir uma concepção geral de tudo o que está sendo distribuído nas redes sociais em segundos. Não obstante, também indica interesses particulares/políticos em jogo e sobre isso daria um *corpus* para outra pesquisa.

Desta forma a pesquisa demonstra que, se existe um número alto de compartilhamentos de *fake news*, tal feito pode estar associado ao hábito ler, pois um sujeito que lê dificilmente deixa de verificar se a fonte é realmente confiável. Nestes casos a matéria não é a causa do compartilhamento, mas sim o título chamativo que em muitos casos não tem a ver com a integra da matéria, e seu intuito é gerar comoção imediata.

Diante disso resta para nós, da educação, da ciência e da tecnologia, buscar meios de promover a leitura, as pesquisas e como utilizar as ferramentas digitais a fim de contribuir com a sociedade, e que essa responsabilidade é na verdade de todos que vivem nela.

Referência

GALVÃO, Ana Maria De Oliveira. MELO, Juliana Ferreira de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em educação. In: **Historiografia da Educação**: abordagens teóricas e metodológicas. Org. 1. Ed. Belo Horizonte, MG. 2019. p. 223 – 259

GINZBURG, C. **Andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MORALES DA SILVA, M. PACÍFICO, S. M. R. **Movimento Interpretativo**: o tecer da teia literária, entre arquivo e memória. Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.3, n.8, p.139-154, 2013.

ORLANDI, E.P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: PONTES, 2003.

PACÍFICO, S. M. R. **Argumentação e autoria nas redações de Universitários: Discurso e silêncio.** Curitiba: Appris, Coleção linguagem. 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio/ Michel Pêcheux;** tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PEREIRA, A. C., SANTOS, R. J. **“QUEM CONHECE, APROVA” - MARCAS DISCURSIVAS NAS PROPAGANDAS DO GOVERNO FEDERAL SOBRE O “NOVO” ENSINO MÉDIO.** Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 6566-6577, maio, 2019.

TFOUNI, L. Escrita, escolarização e desenvolvimento cognitivo. IN: **ADULTOS NÃO-ALFABETIZADOS: avesso do avesso.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Campinas/SP. p. 45-51, 1986.

TFOUNI, L. **Perspectivas Históricas e A-Históricas Do Letramento.** Cad. Est. Ling., Campinas/SP, V. 26, p. 49-62, 1994.

TFOUNI, L. **Letramento e alfabetização: colocações para uma reflexão sobre distúrbios de aprendizagem.** Revista Psicopedagoga, 1996.

TFOUNI, L. ASSOLINI, F. PEREIRA, A. C. **Letramento: é possível uma escrita despida da oralidade?** Pro-Posições, Campinas, SP, V. 30, p. 01-21, 2019.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Thais Dias de Almeida

Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE); Grupo de Investigação sobre Narrativas, Práticas Letradas e Discurso (GRINPRALED); Bolsista de Mestrado Acadêmico pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: thais.amaterasu@gmail.com

Juan Monteiro Andrade

Mestrando em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE); Grupo de Investigação sobre narrativas, práticas letradas e discurso (GRINPRALED); Bolsista de Mestrado Acadêmico pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: juan_thecalling@hotmail.com